



ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO (980655)

OBJETO

Registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de exames médicos especializados em diversas especialidades para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Marechal Thaumaturgo/Ac.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.408.914,00 (Hum milhão, quatrocentos e oito mil, novecentos e quatorze reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/04/2025 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [grupo/global]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026
(Processo Administrativo nº 147/2025)

O **MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO**, torna público aos interessados que na data, horário, e condições estabelecidas neste instrumento, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 384/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS TERCEIRIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL THAUMATURGO/AC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em um único lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, e seu critério de julgamento será o menor valor global.

1.3. Havendo divergência entre os itens especificados no [CatMat](#) ou Relações do [Comprasgov](#) e Termo de Referência, o licitante deverá embasar sua proposta pelo descritivo correspondente ao TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QNT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Ecocardiograma- Avaliar todas as estruturas do coração e seu funcionamento: forma, tamanho e espessura do órgão, entrada e saída do sangue através das valvas, existência de massas e tumores, sopros, cicatrizes de infarto, doenças congênitas, alterações de contração entre outros.	SERV.	500	R\$ 303,82	R\$ 151.910,00
2	Eletrocardiograma de longa duração - Holter de 24 horas utilizado para avaliar a presença de arritmias cardíacas (distúrbios do ritmo cardíaco) tanto para mais (taquiarritmias) como para menos (bradiarritmias), bem com irregularidades no ritmo (extrassístoles). Além disso pode colaborar na investigação de isquemia miocárdica - falta de oxigênio no músculo cardíaco (angina).	SERV.	200	R\$ 275,55	R\$ 55.110,00
3	Endoscopia digestiva alta - Exame de endoscopia permite avaliar as paredes da parte superior do aparelho digestivo (incluindo o esôfago, o estômago e o duodeno). Sendo realizado por um endoscópio com monitoramento das imagens em vídeo. O exame deverá ser realizado no hospital da contratante, com	SERV.	500	R\$ 333,73	R\$ 166.865,00





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	material, medicamentos e equipamentos fornecidos pela contratada.				
4	Exame de bioimpedância - trata-se de uma análise para avaliar a composição corporal, com base na quantidade aproximada de músculos, ossos e gorduras do corpo. Seus resultados ajudam também no diagnóstico de fatores de risco nutricional, a fim de possibilitar a prevenção de doenças.	SERV.	500	R\$ 176,50	R\$ 88.250,00
5	Exame de colonoscopia. Visualiza o intestino grosso até chegar ao delgado. É recomendado em caso de sintomas como sangramento nas fezes, diarreia, intestino preso e dor abdominal. Para a população sem sintomas, o ideal é fazer o exame a partir dos 45 anos e repeti-lo a cada 10 anos.	SERV.	200	R\$ 977,50	R\$ 195.500,00
6	Exame de colposcopia – Avaliação e identificação de indícios visíveis de tecido anormal no colo uterino, vagina, vulva e de superfícies, sendo indicado para a prevenção do câncer ginecológico. A ser realizado em consultório com material, medicamentos e equipamentos, por empresa cujo profissional médico preencha os requisitos listados no edital deste processo licitatório, qual deverá possuir um aparelho que funcione como um microscópio binocular iluminado. Descrição técnica necessária: Aparelho deve ser de alta resolução. Com entrada para receber Microcâmera para vídeo colposcopia.	SERV.	500	R\$ 316,58	R\$ 158.290,00
7	Exame eletroencefalograma (EEG) - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERV.	300	R\$ 284,61	R\$ 85.383,00
8	Exame eletroencefalograma (EEG) com sedação - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERV.	200	R\$ 1.340,00	R\$ 268.000,00
9	Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (M.A.P.A.) mede a pressão arterial a cada 20 minutos, durante 24 horas, para a obtenção do	SERV.	200	R\$ 253,33	R\$ 50.666,00





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	registro da pressão arterial durante a vigília e o sono. Tem como objetivo analisar o comportamento da pressão arterial não somente durante a vigília e o sono, como também durante eventuais sintomas como tontura, dor no peito e desmaio. Além disso, possibilita a avaliação da eficácia do tratamento anti-hipertensivo.				
10	Teste ergométrico - serve para a avaliação ampla do funcionamento cardiovascular, quando submetido a esforço físico gradualmente crescente, em esteira rolante. Observar os sintomas, os comportamentos da frequência cardíaca, da pressão arterial e do eletrocardiograma antes, durante e após o esforço.	SERV.	500	R\$ 275,88	R\$ 137.940,00
11	Exame de Espirometria - Também chamada de exame do sopro, prova da função pulmonar ou prova respiratória, trata-se de um exame do pulmão capaz de verificar os diversos volumes e fluxos pulmonares. Não invasivo e indolor. Realiza -se a espirometria por meio de diversas manobras respiratórias pela boca através de um tubo conectado a um aparelho denominado espirômetro, o qual registra o volume e a velocidade do ar respirado.	SERV.	300	R\$ 170,00	R\$ 51.000,00

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender todas as condições exigidas no cadastramento no Sicafe.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Neste processo, não haverá itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, **quando houver**, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da sociedade civil de interesse público - oscip, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11.** O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 3.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 3.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

direito ao tratamento favorecido previsto na [lei complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.13. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.13.1. Valor unitário ou desconto (conforme o caso)

3.13.2. Marca;

3.13.3. Fabricante;

3.13.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do termo de referência;

3.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.17. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.19. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.20. Havendo divergência entre os itens especificados no **CatMat** ou Relações do **Comprasgov** e Termo de Referência, o licitante deverá embasar sua proposta pelo descritivo correspondente ao **TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**;

3.21. O licitante deverá ainda, encaminhar sua proposta digital em formato pdf, em única via, assinada por representante legal da licitante, encaminhando todas as informações necessárias do referido objeto ofertado, como marca e modelo (quando houver).

3.22. O licitante deverá apresentar a declaração que contrai obrigações em processo licitatório, conforme Anexo IV.

3.23. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.24. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.25. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.1. Será desclassificada a proposta que não identifique o licitante.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 4.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 4.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**
- 4.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 4.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 4.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 4.14.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 4.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

4.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

4.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

4.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.22.2.2. Empresas brasileiras;

4.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

4.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

4.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.4 deste edital.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. Contiver vícios insanáveis;

5.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

5.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

5.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexequibilidade** das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela administração.

5.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.11. Para fins de comprovação da exequibilidade, será admitida a apresentação de documentos comprobatórios na composição de custos, tais como notas fiscais de aquisição ou venda com data anterior à abertura da sessão pública, desde que compatíveis com os itens solicitados e suficientes para justificar os valores ofertados.

5.12. Será admitido cotações e orçamentos de preços em nome da licitante que vinculem a Indústria, distribuidora ou representação desde que detenha em seu conteúdo o detalhamento do produto, indicação do interessado e contatos do representante comercial para averiguação.

5.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

I - JURÍDICA;

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA.

III - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA;

IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Registro comercial, no caso de empresário individual; **ou**
- b)** Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado; **ou**
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício; **ou**
- d)** A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f)** Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

a.1) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que ≥ 1 .

Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

a.2) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que ≥ 1 .

Será considerado como Índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

a.3) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a ≤ 1 .

Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

b) As empresas com menos de 2 anos de pleno exercício, poderá apresentar somente o balanço referente ao seu último exercício social.

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, desde que devidamente registrado em órgão competente; (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º**).

d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

f) O prazo de validade do Balanço Patrimonial ou o último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**.

g) Para as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da RBF, o prazo de validade do Balanço será de **30 de maio do seguinte ano**, conforme previsto no Art. 5º da Instrução Normativa nº 2003, de 18 de janeiro de 2021.

h) SERÃO CONSIDERADOS NA FORMA DA LEI SOB PENA DE INABILITAÇÃO, O BALANÇO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ASSIM APRESENTADOS:

i) Para Sociedades Anônimas (Empresas S/A), cópia autenticada da publicação do Balanço





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

publicada em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante; (**Art. 289, parágrafo I, da Lei Federal 6404/76**), alterada pela (**Lei Federal nº. 13818/2019**).

j) Para as demais empresas (Sociedades Limitadas, Empresário de Firma Individual, Eireli), Balanço Patrimonial acompanhado de cópias legíveis e autenticadas dos **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário e Termo de Autenticação do Livro Digital**, onde foram transcritos o referido balanço e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária, devidamente registrados em órgão competente (**Art. 5 § 2º do Decreto-Lei nº. 486/1969**), (**Art. 1179, 1180 e 1184 do Código Civil Brasileiro**).

6.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativa perante a **Fazenda federal** relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativa perante a **fazenda estadual** relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativa perante a **Dívida Ativa do Estado** relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativa perante a **fazenda municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h) Prova de regularidade por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito negativa perante a **Justiça do Trabalho**;

6.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL SERÁ RESTRITA A:

- a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Comprovação de compatibilidade em quantidades dos serviços de no mínimo 50% (cinquenta por cento) para os itens 01, 03, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13 e 15, conforme art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

6.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

6.6.1. Registro da pessoa jurídica nos Conselhos Regionais:

- a) Conselho Regional de Medicina – CRM. (compatível com o objeto desta licitação).
- b) Conselho Regional de Nutrição.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6.2. Certidão de Responsabilidade Técnica da pessoa jurídica em cada conselho citado no subitem de 6.6.1' alinha "a" e "b", acompanhado da quitação de anuidade.

6.6.3. Comprovação de que possui, no mínimo, o quantitativo dos profissionais a seguir (art. 67 da Lei 14.133/2021):

- a) 02 (dois) profissionais médicos em cardiologia;
- b) 01 (um) profissional médico em gastroenterologia ou em endoscopia;
- c) 02 (dois) profissionais médicos em ginecologia/obstetra.
- d) 01 (um) profissional médico em neurologia;
- e) 02 (dois) profissionais em nutrição;
- f) 02 (dois) profissionais médicos em coloproctologia; e,
- g) 01 (um) profissional médico em pneumologia.

6.6.4. A comprovação se dará por uma das condições pré-estabelecidas:

- a) carteira de trabalho assinada;
- b) registro no CNES (com identificação da especialidade compatível com a formação/especialização dos profissionais);
- c) contrato de prestação de serviço (compatível com a formação/especialização dos profissionais); ou,
- d) pertencer ao quadro societário da empresa.

6.6.5. Para cada profissional exigido, deverá ser apresentado prova de que possui:

- a) Inscrição no Conselho Regional de competência da sua profissão;
- b) Certidão de quitação/regularidade da anuidade;
- c) Comprovação de possuir especialidade através de Certificado de Pós-Graduação de Especialização, ou através de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) ou cursos compatíveis com os itens de licitação; e,
- d) Carteira de identidade profissional.

6.6.6. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente. (compatível com o objeto desta licitação).

6.6.7. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), contendo o nome do Médico que realizará os exames (compatível com o objeto da contratação), conforme art. 4º da Portaria nº 1.646/2015.

6.6.8. Declaração, sob as penas da lei, de que a licitante dispõe equipamentos compatíveis com as especificações mínimas do Termo de Referência, suficientes para a perfeita execução dos serviços (art. 67, parágrafo III da Lei 14.133/2021).

6.6.8.1. Comprovada, em diligência, a inveracidade das informações, a licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções cabíveis por declaração falsa, assegurados contraditório e ampla defesa (art. 155, VIII da Lei 14.133/2021).

6.6.9. Declaração de que prestará os serviços sob sua inteira responsabilidade de forma tal que não venham gerar vínculo empregatício entre o Contratante e a empresa contratada.

6.6.10. Apresentar o PGR, PGRSS, LTCAT, Insalubridade e Periculosidade e o PCMSO da empresa, que define e implementa medidas de segurança e saúde do trabalhador.

6.6.11. Cadastro no NOTIVISA, conforme RDC Anvisa nº 36/2013.

6.6.12. A ausência de qualquer documento ou a apresentação deles fora do prazo de validade, é de caráter desclassificatório e inabilitatório.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.7. Deverá exigir como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente os seguintes documentos:

6.7.1. Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da contratação.

6.8. Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante;

6.9. A ausência de qualquer documento ou a apresentação deles fora do prazo de validade, é de caráter desclassificatório e inhabilitatório.

6.10. Toda a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que nele contemplem todas as exigências contidas no edital.

6.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples, sendo facultado à administração diligenciar quaisquer documentos afim de conferir sua veracidade.

6.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inhabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

6.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

6.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

6.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

6.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





-



ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail cpmlmth2024@gmail.com ou fisicamente na sede do Setor de Licitações, situada no endereço constante deste instrumento.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS, e fará subir os autos do processo à autoridade superior para adjudicação e posterior homologação.

10.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e no caso de exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.3. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da licitação.

12. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1. As condições de execução será conforme discriminadas no ANEXO I – Termo de Referência.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. As condições de pagamento procederão de acordo com as informações apresentadas no ANEXO I – Termo de Referência.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Site oficial e PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Site oficial do Município <https://www.marechalthaumaturgo.ac.gov.br/licitacoes>, Site Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC/LICON: <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, ou ainda retiradas através de solicitação junto ao e-mail cpmlmth2024@gmail.com. O edital e seus anexos poderão ser retirados também de forma física na sede desta municipalidade, setor de Licitações situada na Rua Alfredo Sales, S/N – Centro, Marechal Thaumaturgo – Acre.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.11.2.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 15.11.3.** ANEXO III – Modelo Carta de Proposta
- 15.11.4.** ANEXO IV - Modelo de declaração que contrai obrigações em processo licitatório;
- 15.11.5.** ANEXO V – Modelo de declaração independente de proposta;
- 15.11.6.** ANEXO VI – Modelo de declaração de servidor do quadro societário
- 15.11.7.** ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

Marechal Thaumaturgo/AC, 06 de abril de 2025.

Maricelson Barreto Firmino
Secretário Municipal de Saúde - PMMT





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS TERCEIRIZADOS NA REALIZAÇÃO DE **EXAMES MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL THAUMATURGO/AC.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 384/2023 (Regulamenta a Lei Federal Nº 14.133/2021), Leinº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

3. MODALIDADE

3.1. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço.

4. CRITERIO DE JULGAMENTO

4.1. Menor preço por LOTE.

5. DA NATUREZA DO OBJETO

5.1. Os serviços deste objeto são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado, cumprindo o art. 6, XIII da Lei 14.133/2021.

5.2. O objeto está em consonância ao Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário) *“Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de serviço comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”*.

5.3. O jurista Marçal Justen filho apresenta o entendimento que *“bem ou serviços comuns é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas satisfazer as necessidades da Administração Pública”* (in *Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico*, 5ª Ed, São Paulo: Dialética, 2009. p. 37).

5.4. No que diz respeito a padronização e metodologia referente a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados com objetivo de realizar exames médicos em ultrassonografia** reiteramos que os serviços de atuação, devido à padronização existente no mercado, atendem a métodos e técnicas conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A população de Marechal Thaumaturgo enfrenta dificuldades de acesso a exames diversos de ultrassonografia em razão da insuficiência de estrutura na rede pública municipal equipamentos, insumos, profissionais especializados e ambientes adequados para a realização dos procedimentos.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.2. A inexistência ou desatualização de equipamentos de imagem compromete a acurácia diagnóstica e retarda o início de terapêuticas oportunas, com impactos diretos na qualidade de vida dos munícipes, sob os aspectos físico e emocional.

6.3. A obsolescência tecnológica do parque de equipamentos, somada à limitação orçamentária para renovações periódicas, mantém o atendimento afastado das inovações, visto que a Administração não dispõe de recursos para ciclos de atualização contínuos e onerosos.

6.4. Ademais, trata-se de bens sujeitos à rápida depreciação tecnológica e de reduzido valor de revenda, dado o mercado secundário restrito. Encerrado o ciclo útil ou descontinuadas as atualizações do fabricante, os aparelhos tendem a tornar-se inservíveis ou economicamente inviáveis para manutenção.

6.5. Os custos de manutenção são elevados, com dependência de peças, consumíveis e assistência técnica proprietários, frequentemente indisponíveis em prazo hábil, ocasionando longos períodos de inoperância ou subutilização dos equipamentos.

6.6. Diante desse cenário, impõe-se a adoção de medidas capazes de suprir a carência existente na rede pública de saúde de Marechal Thaumaturgo, assegurando acesso universal e equânime a exames de qualidade, com respostas diagnósticas tempestivas às necessidades dos usuários.

6.7. Registre-se que as ações e serviços de saúde possuem natureza coletiva e finalística, voltadas, entre outros objetivos, à promoção, prevenção e proteção da vida humana primados assegurados constitucionalmente.

6.8. Nessa linha, cumpre recordar o art. 196 da Constituição Federal: “[...] A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos [...]”.

6.9. A escassez de especialistas em ultrassonografia impacta a qualidade do atendimento e amplia o tempo de espera, produzindo atrasos diagnósticos que podem comprometer o início oportuno do tratamento.

6.10. Para solucionar esse problema, torna-se urgente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de exames de ultrassonografia para suprir a demanda existente.

7. JUSTIFICATIVA POR LOTE

7.1. Loteamento e critério de julgamento (menor preço por lote). O agrupamento por **LOTE** é adequado ao caso concreto, preservando a competitividade e a isonomia, pelos fundamentos:

- a) Afinidade técnica e operacional.** Os itens de cada lote guardam **mesma natureza e correlação**, evitando fragmentação ineficiente e racionalizando mobilização, preparo do paciente e fluxos de agenda.
- b) Vantajosidade e economia de escala.** O agrupamento dilui custos fixos (equipe, sala, equipamentos, esterilização/sedação quando aplicável), favorecendo **preços mais competitivos** e a **disputa útil** entre fornecedores que operam linhas de exames correlatas.
- c) Competitividade preservada.** A Súmula TCU nº 247 determina que, sendo o objeto divisível, **admita-se a adjudicação por item** para ampliar a participação; contudo, a própria jurisprudência do Tribunal esclarece que a súmula **não veda** a adjudicação **por lotes**, desde que haja correlação entre os itens e vantajosidade demonstrada — exatamente a hipótese ora adotada.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- d) **Gestão contratual enxuta e eficiência administrativa.** Ao concentrar a execução **em uma empresa por lote**, reduz-se o número de instrumentos, simplificam-se medições, gestão de metas mensuráveis e fiscalização. O **TCU/Plenário (Acórdão 861/2013)** registrou que **“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação”**, reforçando que tal eficiência é de estatura constitucional.
- e) Economia de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O USO DO SRP

- 8.1. Adota-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) por se tratar de serviços médicos terceirizados na realização de **exames médicos especializados em diversas especialidades** com demanda variável e intermitente, permitindo contratar conforme a necessidade, com maior aderência ao planejamento assistencial e à disponibilidade orçamentária.
- 8.2. A utilização do pregão eletrônico para formação da ata é a alternativa mais eficiente, pois combina competitividade e flexibilidade: a Administração não se obriga à contratação imediata do total registrado, podendo emitir ordens de execução na medida da demanda, com melhor gestão das despesas.
- 8.3. Independe de previsão orçamentária, só se exige quando das contratações, ou seja, a administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
- 8.4. Reduz-se o número de licitações, em razão do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não está adstrito à vigência dos créditos orçamentários.
- 8.5. Atende a economia de escala.
- 8.6. A licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há o dever de contratação imediata.
- 8.7. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda. A opção encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 (arts. 6º, incisos XLV e XLVI; 40, inciso II; 78, inciso IV; e 82).

9. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 9.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 9.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 9.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Secretaria Municipal de Saúde responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 9.4. Poderão participar do certame pessoas jurídicas, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, tais como sociedades empresárias privadas, associações comerciais ou industriais, cooperativas e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, desde que possuam objeto social compatível e comprovem, por documentação idônea, experiência e





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

especialização na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de exames médicos especializados em diversas especialidades, atendendo integralmente às exigências de habilitação e às demais condições deste edital.

9.5. Não poderão participar deste Pregão:

9.5.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5.2. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

9.5.4. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

9.5.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

9.5.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

9.5.7. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado, desde que fique demonstrada sua capacidade econômica para executar o serviço (Acórdão 1201/2020-TCU-Plenário).

10. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT PARA REGISTRO
1	Ecocardiograma- Avaliar todas as estruturas do coração e seu funcionamento: forma, tamanho e espessura do órgão, entrada e saída do sangue através das valvas, existência de massas e tumores, sopros, cicatrizes de infarto, doenças congênitas, alterações de contração entre outros.	SERVIÇO	500
2	Eletrocardiograma de longa duração - Holter de 24 horas utilizado para avaliar a presença de arritmias cardíacas (distúrbios do ritmo cardíaco) tanto para mais (taquiarritmias) como para menos (bradiarritmias), bem com irregularidades no ritmo (extrassístoles). Além disso pode colaborar na investigação de isquemia miocárdica - falta de oxigênio no músculo cardíaco (angina).	SERVIÇO	200
3	Endoscopia digestiva alta - Exame de endoscopia permite avaliar as paredes da parte superior do aparelho digestivo (incluindo o esôfago, o estômago e o duodeno). Sendo realizado por um endoscópio com monitoramento das imagens em vídeo. O exame deverá ser realizado no hospital da contratante, com material, medicamentos e equipamentos fornecidos pela contratada.	SERVIÇO	500
4	Exame de bioimpedancia - trata-se de uma análise para avaliar a composição corporal, com base na quantidade aproximada de músculos, ossos e gorduras do corpo. Seus resultados ajudam também no	SERVIÇO	500





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	diagnóstico de fatores de risco nutricional, a fim de possibilitar a prevenção de doenças.		
5	Exame de colonoscopia. Visualiza o intestino grosso até chegar ao delgado. É recomendado em caso de sintomas como sangramento nas fezes, diarreia, intestino preso e dor abdominal. Para a população sem sintomas, o ideal é fazer o exame a partir dos 45 anos e repeti-lo a cada 10 anos.	SERVIÇO	200
6	Exame de colposcopia – Avaliação e identificação de indícios visíveis de tecido anormal no colo uterino, vagina, vulva e de superfícies, sendo indicado para a prevenção do câncer ginecológico. A ser realizado em consultório com material, medicamentos e equipamentos, por empresa cujo profissional médico preencha os requisitos listados no edital deste processo licitatório, qual deverá possuir um aparelho que funcione como um microscópio binocular iluminado. Descrição técnica necessária: Aparelho deve ser de alta resolução. Com entrada para receber Microcâmera para vídeo colposcopia.	SERVIÇO	500
7	Exame eletroencefalograma (EEG) - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERVIÇO	300
8	Exame eletroencefalograma (EEG) com sedação - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERVIÇO	200
9	Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (M.A.P.A.) mede a pressão arterial a cada 20 minutos, durante 24 horas, para a obtenção do registro da pressão arterial durante a vigília e o sono. Tem como objetivo analisar o comportamento da pressão arterial não somente durante a vigília e o sono, como também durante eventuais sintomas como tontura, dor no peito e desmaio. Além disso, possibilita a avaliação da eficácia do tratamento anti-hipertensivo.	SERVIÇO	200
10	Teste ergométrico - serve para a avaliação ampla do funcionamento cardiovascular, quando submetido a esforço físico gradualmente crescente, em esteira rolante. Observar os sintomas, os comportamentos da frequência cardíaca, da pressão arterial e do eletrocardiograma antes, durante e após o esforço.	SERVIÇO	500
11	Exame de Espirometria - Também chamada de exame do sopro, prova da função pulmonar ou prova respiratória, trata-se de um exame do pulmão capaz de verificar os diversos volumes e fluxos pulmonares. Não invasivo e indolor. Realiza -se a espirometria por meio de diversas manobras respiratórias pela boca através de um tubo conectado a um aparelho denominado espirômetro, o qual registra o volume e a velocidade do ar respirado.	SERVIÇO	300





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11. EXCLUSIVIDADE/BENEFÍCIO ME/EPP

11.1. Não aplicável em virtude do valor, conforme estabelece o inciso I, do Art. 48 da Lei Complementar Nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Nº 147/14.

11.2. Será permitido às licitantes enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, habilitando-se ao tratamento favorecido previsto em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação pela Administração.

12. DO QUANTITATIVO

12.1. A Secretaria Municipal de Saúde não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo executar os serviços de acordo com a sua necessidade.

12.2. Os serviços que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

13. DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.

13.2. Os serviços deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, **sob pena de desclassificação**, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, quantidade e unidade.

13.3. Se houver **indícios de inexecutabilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **deverá ser efetuadas diligências**, na forma do art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

13.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas **valores inferiores a 50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022).

13.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

13.6. Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

13.8. indicar o prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

13.9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

13.10. Será considerada vencedora, após a fase competitiva, a proposta de menor preço





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.11. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional (reais – R\$). Os preços unitários e totais deverão ser apresentados em algarismos arábicos e o preço total da proposta em algarismo arábico e por extenso. Se houver divergência insanável entre os preços o licitante será desclassificado no respectivo item.

13.12. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

13.13. Será exigida **garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, nos termos do **art. 58, §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em até 24h horas.**

13.13.1. A garantia poderá ser prestada por **caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização** (art. 58, §4º, c/c art. 96, §1º, incluído pela **Lei nº 14.770/2023**).

13.13.2. A garantia será devolvida em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou caso a licitação seja declarada fracassada; e será executada integralmente se houver recusa em assinar o contrato ou não apresentação dos documentos para a contratação (art. 58, §§2º e 3º).

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

14.1.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

14.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

14.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

b.1. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.4. Qualificação Técnica

14.1.4.1. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Comprovação de compatibilidade em quantidades dos serviços de no mínimo 50% (cinquenta por cento), conforme art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

14.1.5. Outros documentos

14.1.5.1. Registro da pessoa jurídica nos Conselhos Regionais:

- c) Conselho Regional de Medicina – CRM. (compatível com o objeto desta licitação).
- d) Conselho Regional de Nutrição.

14.1.5.2. Certidão de Responsabilidade Técnica da pessoa jurídica em cada conselho citado no subitem de '14.1.5.1' alinha "a" e "b", acompanhado da quitação de anuidade.

14.1.5.3. Comprovação de que possui, no mínimo, o quantitativo dos profissionais a seguir (art. 67 da Lei 14.133/2021):

- h) 02 (dois) profissionais médicos em cardiologia;
- i) 01 (um) profissional médico em gastroenterologia ou em endoscopia;
- j) 02 (dois) profissionais médicos em ginecologia/obstetra.
- k) 01 (um) profissional médico em neurologia;
- l) 02 (dois) profissionais em nutrição;
- m) 02 (dois) profissionais médicos em coloproctologia; e,
- n) 01 (um) profissional médico em pneumologia.

15.7.4.4.1 A comprovação se dará por uma das condições pré-estabelecidas:

- e) carteira de trabalho assinada;
- f) registro no CNES (com identificação da especialidade compatível com a formação/especialização dos profissionais);
- g) contrato de prestação de serviço (compatível com a formação/especialização dos profissionais); ou,
- h) pertencer ao quadro societário da empresa.

14.1.5.4. Para cada profissional exigido, deverá ser apresentado prova de que possui:

- e) Inscrição no Conselho Regional de competência da sua profissão;
- f) Certidão de quitação/regularidade da anuidade;
- g) Comprovação de possuir especialidade através de Certificado de Pós-Graduação de Especialização, ou através de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) ou cursos compatíveis com os itens de licitação; e,
- h) Carteira de identidade profissional.

14.1.5.5. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente. (compatível com o objeto desta licitação).

14.1.5.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), contendo o nome do Médico que realizará os exames (compatível com o objeto da contratação), conforme art. 4º da Portaria nº 1.646/2015.

14.1.5.7. Declaração, sob as penas da lei, de que a licitante dispõe equipamentos compatíveis com as especificações mínimas do Termo de Referência, suficientes para a perfeita execução dos serviços (art. 67, paragrafo III da Lei 14.133/2021).





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.1.5.7.1. Comprovada, em diligência, a inveracidade das informações, a licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções cabíveis por declaração falsa, assegurados contraditório e ampla defesa (art. 155, VIII da Lei 14.133/2021).

14.1.5.8. Declaração de que prestará os serviços sob sua inteira responsabilidade de forma tal que não venham gerar vínculo empregatício entre o Contratante e a empresa contratada.

14.1.5.9. Apresentar o PGR, PGRSS, LTCAT, Insalubridade e Periculosidade e o PCMSO da empresa, que define e implementa medidas de segurança e saúde do trabalhador.

14.1.5.10. Cadastro no NOTIVISA, conforme RDC Anvisa nº 36/2013.

14.1.5.11. A ausência de qualquer documento ou a apresentação deles fora do prazo de validade, é de caráter desclassificatório e inabilitatório.

15. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços requisitados deverão ser executados na cidade de Marechal Thaumaturgo, em local(is) previamente designado(s) pela Secretaria Municipal de Saúde, ou na sede da contratada. Podendo, inclusive, ser disponibilizado em outras cidades do estado acre, hipótese em que o traslado ficará a cargo do Contratante.

15.2. No caso de pacientes de outras localidades fora do domicílio de Marechal Thaumaturgo, a Secretaria Municipal de Saúde ficará sob a responsabilidade de arcar com o traslado do paciente e acompanhante, conforme assim dispuser em seus regulamentos de tratamento fora do domicílio.

15.3. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, na secretaria do órgão solicitante dirigido à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução dos serviços. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a contratante aplicará a multa de acordo com as normativas da Lei nº 14.133/2021.

16. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Os exames agendados pela SEMSA deverão ser executados após a ordem de serviço no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

16.2. Os exames serão executados pela empresa vencedora de acordo com a demanda encaminhada pela contratante, podendo ser atendimento por itinerante ou na sede da contratada ou local estabelecido pela contratante.

16.3. A Secretaria Municipal de Saúde, deverá encaminhar ao endereço eletrônico ou outro meio de comunicação do fornecedor, em horário de expediente, detalhes do agendamento contendo: endereço completo, dia e hora, e se houver, indicação de preparo prévio para as consultas.

16.4. Os itens 16.1; 16.2 e 16.3, serão dispensadas quanto se tratar de atendimento itinerante, ações de saúde e em situações de urgência, hipóteses em que os serviços serão prestados de forma imediata, de acordo com a demanda de Marechal Thaumaturgo.

16.5. Caso haja impossibilidade do licitante vencedor em realizar os exames agendados, tal fato deverá ser comunicado através de e-mail e/ou ofício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da realização dos mesmos.

16.6. Após a conclusão dos exames, enviar comprovante de realização (Laudo) para a Secretaria Municipal de Saúde num prazo máximo de cinco (5) dias, junto à nota fiscal de cobrança de serviços para formalizar o pagamento.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.7. No atendimento na sede da contratada, serão executados os exames, desde que acompanhados de requisição médica devidamente assinada e carimbada pelo profissional.

16.8. No atendimento itinerante, não há a necessidade de apresentação de uma requisição médica, considerando que existirão vários profissionais especializados que poderão indicar a necessidade da realização dos exames.

16.9. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, na secretaria do órgão solicitante dirigido à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução dos serviços. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a contratante aplicará a multa.

16.10. O prazo para o **início da execução** dos serviços deste termo de referência é de até **05 (cinco) dias** a contar do recebimento da Ordem de Serviço e/ou do Contrato.

16.11. A Secretaria Municipal de Saúde contratará, quando for o caso, a quantidade de procedimentos necessários para atender a demanda de acordo com a disponibilidade financeira e conforme necessidade do serviço.

16.12. Todos os insumos para realização dos exames serão por conta da empresa vencedora, bem como computador, impressoras, tinta, papel fotográfico, luvas, papel A4, lençol descartável, EPIS, e tudo mais que se relacionar a prestação dos serviços.

16.13. Os agendamentos podem ser realizados via e-mail (em endereço eletrônico informado pela contratada) ou fisicamente desde que protocolado.

16.14. Quando houver mutirão, os atendimentos podem ser realizados em finais de semana.

16.15. Os exames serão executados em forma de mutirões de saúde do tipo itinerante, mas poderão ser realizados na sede da contratada, de acordo com o encaminhamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

16.16. A Secretaria Municipal de Saúde, deverá encaminhar os pacientes que devem ser atendidos por um ou mais especialistas, acompanhado de cópia do cartão do SUS e do documento de identificação do paciente.

17. FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada.

17.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado o não cumprimento total da obrigação contratual pelo fiscal do contrato.

17.3. Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada.

17.4. Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal.

17.5. Será vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pelo contratado, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.

17.6. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

17.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, conforme incisos I e II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.8. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.13. Antes de cada pagamento à contratada consultará ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.18.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.22. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscal Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

17.23. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

17.24. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

17.25. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

17.26. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

17.27. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

17.28. Eventual atraso nos pagamentos devidos deverá ser previamente comunicado ao contratado, indicando motivos e perspectivas para regularização e, quando possível, a data provável do pagamento.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

18.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar a ATA de registro de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

18.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a executar o serviço do objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

19. DO CONTRATO

19.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da lei 14.133/21, a saber: ____ / ____ / ____.

19.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

19.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei N.º 14.133/2021, e órgão responsável pela licitação, convocará as demais licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.4. Deverá exigir como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente os seguintes documentos:

19.4.1. Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da contratação.

19.5. Contratação de aprendizes

19.5.1. O contratado se compromete a observar a legislação vigente referente à contratação de aprendizes, conforme previsto na Lei nº 10.097/2000 e demais normativas aplicáveis.

19.5.2. O contratado deverá assegurar que, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de empregados na função de seu quadro de pessoal sejam aprendizes, conforme o número de vagas disponíveis.

19.5.3. O descumprimento desta cláusula poderá resultar em penalidades, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações pertinentes.

19.6. Contratação de pessoas com deficiência

19.6.1. O contratado deverá garantir a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) em seu quadro de funcionários, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

19.6.2. O percentual de contratação de PCDs deverá ser de, no mínimo, 2% (dois por cento) do total de empregados, conforme a legislação vigente.

19.6.3. O contratado deverá apresentar, semestralmente, relatório demonstrando o cumprimento desta cláusula, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

20.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ATA de registro de preços.

20.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não haverá exigência da garantia da contratação

23. DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Deverá obedecer aos parâmetros do Decreto Municipal nº 211/2023 e Lei nº 14.133/2021 e as demais cláusulas descritas neste tópico.

23.2. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato ou documento equivalente, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

23.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo.

23.3.1. O prazo previsto no caput deste artigo será suspenso em caso de pedido de informações ao contratado pela Administração Municipal, sendo retomado quando obtida a informação.

23.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta ao seu pedido.

23.4. Antes do início da execução contratual, sempre que necessário, em razão da natureza do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com o objetivo de esclarecer pontos relevantes relacionados: I - ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais; II - execução do objeto; III - ao cronograma de execução; IV - à emissão da nota fiscal e pagamento; V - à aplicação de sanções; VI - às atividades de gestão e fiscalização e; VII- a outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.

23.4.1. A reunião, que poderá ser presencial, deverá ser registrada em ata e juntada aos autos do processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, indicando-se expressamente na ata os canais de comunicação que serão utilizados rotineiramente para a comunicação entre o representante da Administração e o preposto do contratado, privilegiando-se sempre a comunicação eletrônica.

23.5. O órgão ou entidade demandante será responsável pela designação formal do gestor dos contratos e dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplentes.

23.5.1. Na designação do gestor e do fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

23.6. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.

23.6.1. Todo contrato terá, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado, responsável pela fiscalização da execução do contrato, e outro agente público formalmente designado para a gestão do contrato, observada a segregação de funções.

23.6.2. Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.

23.6.3. Os agentes relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.

23.6.4. Os agentes públicos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativo.

23.6.5. Havendo manifestação do agente público acerca de eventual ausência de condições para o desempenho da função de fiscal, caberá ao agente público, responsável pela indicação, decidir se manterá a designação, ou se solicitará ao órgão ou entidade demandante a indicação de outro agente público, sendo vedada a manutenção de agentes públicos que tenham relacionamento direto com o contratado, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

23.6.6. Os agentes públicos que atuarem na gestão e na fiscalização dos contratos contarão com o apoio e auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das suas atribuições.

23.7. Deverá ser aberto processo específico de gestão e fiscalização do contrato, apartado do respectivo processo de contratação, que será público e poderá ser acessado livremente por qualquer interessado.

23.8. São atribuições do gestor do contrato, dentre outras:

23.8.1. coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

23.8.2. manifestar-se nos casos de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

23.8.3. realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

23.8.4. acompanhar a execução do objeto por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

23.8.5. notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

23.8.6. ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

23.8.7. encaminhar pedido para instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

23.8.8. tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e

23.8.9. outras atividades compatíveis com a função.

23.8.10. Acompanhar a execução e a vigência da ata de registro de preços das atas de registro de preços;

23.8.11. Autorizar ou rejeitar solicitações de novos fornecedores para o ingresso na ata de registro de preços;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

23.8.12. Remanejar o saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes;

23.8.13. Cancelar o registro de fornecedor;

23.8.14. Conduzir os procedimentos para atualização do preço registrado;

23.8.15. Aplicar as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, garantida a ampla defesa e o contraditório; e

23.8.16. Providenciar o registro, no portal nacional de contratações públicas, das sanções aplicadas.

23.9. São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:

23.9.1. fiscalizar a execução do objeto do contrato de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;

23.9.2. apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;

23.9.3. esclarecer ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;

23.9.4. realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;

23.9.5. avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;

23.9.6. determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

23.9.7. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

23.9.8. determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou do subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;

23.9.9. registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;

23.9.10. manter contato com o preposto do contratado, promovendo reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;

23.9.11. manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;

23.9.12. verificar qualidade, quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução;

23.9.13. requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

23.9.14. conferir as notas fiscais emitidas;

23.9.15. receber provisoriamente o objeto do contrato; e

23.9.16. comunicar as infrações não saneadas e solicitar a abertura procedimento administrativo de apuração de responsabilidade ao contratado.

23.10. Para os objetos de maior complexidade, o agente público que reúna as condições para ser indicado como fiscal poderá ser indicado para acompanhar a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.

23.11. Quando designado para acompanhar a etapa preparatória, o agente público indicado não poderá elaborar os documentos que integram essa fase, em respeito ao princípio da segregação de funções.

23.12. Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para a avaliação do cumprimento das obrigações e a medição de resultados, conforme previsão contratual.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

23.13. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

23.14. Requerer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado.

23.15. Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer.

23.16. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos.

23.17. Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.

23.18. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

23.19. representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. A Contratada deverá iniciar os serviços deste termo de referência, nas condições e prazo máximo de 05 dias, devendo comunicar ao órgão solicitante da Ordem de Serviço e/ou Contrato ou documento equivalente emitido em decorrência da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a existência de problemas para execução do objeto, quando for solicitado.

24.2. A Contratada deverá realizar os serviços deste termo de referência, no local indicado pelo solicitante, após assinatura da ata de registro de preços, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante autorização prévia.

24.3. A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

24.4. A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto.

24.5. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os prestadores de serviços da **CONTRATADA**;

24.6. A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale – transporte, vale – refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere a **CONTRATANTE** à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

24.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

24.8. Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando – se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

24.9. Manter, durante a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.10. A **CONTRATADA**, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, manterá em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

24.11. A **CONTRATADA** se obriga a manter seus profissionais inscritos nos respectivos órgãos reguladores, preservando sua habilitação para prestação dos serviços objeto do presente contrato e comprovar anualmente o vínculo por meio de anuidade de seus prestadores de serviços junto aos órgãos reguladores.

24.12. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho. Responsabilizar – se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do serviço.

24.13. Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços que, a critério desta, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

24.14. Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NR).

24.15. Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

24.16. Permitir a **CONTRATANTE** a fiscalização, com pré agendamento junto à Contratada, para a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento do(s) serviço(s).

24.17. A **CONTRATADA** deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos transporte ou recursos humanos. A **CONTRATADA** deverá ter recursos sobressalentes para que o serviço não sofra descontinuidade. Salvo na ocorrência de caso fortuito ou por motivo de força maior, greve, etc, que impeça a **CONTRATADA** de executar os serviços.

24.18. É responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus equipamentos em perfeito funcionamento, devendo sempre realizar as manutenções preventivas e corretivas e ainda, a substituição destes quando necessário. E quando for necessário realizar as manutenções (preventivas e corretivas) as mesmas não devem interferir na prestação dos serviços.

24.19. Possuir inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), contendo o nome do Médico que realizará os serviços e/ou procedimento.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1. Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;

25.2. Encaminhar as informações necessárias para a execução dos serviços com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

25.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

25.4. Observar e fazer cumprir todas as regras relativas ao sigilo médico, não se limitando, às regras constitucionais e previstas no Código de Ética Médica, respondendo integralmente por quaisquer prejuízos ocasionados à Contratada e aos pacientes, pela inobservância dessa obrigação, inclusive após o encerramento da vigência do presente instrumento.

25.5. Cumprir com as obrigações legais previstas no instrumento convocatório.

26. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

26.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

26.3. A Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

26.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/ajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o serviço e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes

26.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

26.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

26.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

26.8. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

26.9. DA REVISÃO

26.9.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

26.9.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

26.9.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

26.9.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

26.9.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços/materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

26.9.6. eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

26.10. DO REAJUSTE

26.10.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26.10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

26.10.3. **A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "repactuação de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.**

27. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias, fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município, desde que devidamente comprovada a vantagem da utilização.

27.2. O Órgão Gerenciador deverá ser previamente consultado e autorizar a utilização da ata de registro de preço por órgão ou entidade não participante (art. 86, § 2º, II da Lei 14.133/2021).

27.3. Na hipótese prevista no caput anterior, caberá ao detentor da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos inicialmente estimados e desde que não haja prejuízo ao atendimento das obrigações anteriormente assumidas.

27.4. As aquisições ou contratações adicionais por **órgão ou entidade não participante não poderão exceder:**

27.4.1. por órgão ou entidade aderente, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º da Lei 14.133/2021).

27.4.2. no conjunto, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços (art. 86, § 4º da Lei 14.133/2021).

27.5. O termo de adesão à ata de registro de preços e às contratações dele decorrentes serão divulgados no sítio eletrônico oficial, e os respectivos extratos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

28. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

28.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, mediante decisão motivada da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando:

28.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços.

28.1.2. recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ATA.

28.1.3. deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

28.1.4. recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado.

28.1.5. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

28.1.6. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

28.2. A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

29. DAS PENALIDADES

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

29.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

29.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

29.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

29.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

29.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

29.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

29.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

29.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

29.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

29.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

29.1.5. Fraudar a licitação.

29.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

29.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

29.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

29.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

29.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

29.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

29.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

29.2.1. Advertência;

29.2.2. Multa;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

29.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

29.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

29.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

29.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

29.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

29.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

29.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

29.4.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1.1; 29.1.2 e 29.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

29.4.2. Para as infrações previstas nos itens 29.1.4; 29.1.5; 29.1.6; 29.1.7 e 29.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

29.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

29.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

29.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

29.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 29.1.4, 29.1.5, 29.1.6, 29.1.7 e 29.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1.1, 29.1.2 e 29.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

29.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 29.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

29.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

29.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

29.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

29.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

29.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

30. RESCISÃO CONTRATUAL

30.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

30.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

30.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

30.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

30.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

30.5.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

30.5.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

30.5.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

30.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

30.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

30.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira.

30.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

31. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

31.1. O registro de preço não depende de previsão orçamentaria. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, no entanto, as despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentaria própria, prevista no orçamento do município para o exercício. Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros. Não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição.

31.2. Nos termos do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do art. 32, V, do Decreto Municipal nº 384/2023, não é obrigatória a indicação prévia de dotação/recursos orçamentários na fase de registro de preços, exigindo-se tal comprovação apenas quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

32. ANTICORRUPÇÃO

32.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

32.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas aplicáveis.

32.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

a) E-mail: ouvidoria@marechalthaumaturgo.ac.gov.br

b) Telefone: 68 3325-1092

c) Endereço: Rua Raimundo Margarida, S/N – Centro, Marechal Thaumaturgo/AC.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS TERCEIRIZADOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL THAUMATURGO/AC.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; III - requisitos da contratação; IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável e XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, as quais segue os detalhes nos tópicos a seguir:

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, § 1º, I DA LEI 14.133/2021).

2.1. A população de Marechal Thaumaturgo enfrenta dificuldades de acesso a serviços de **exames médicos especializados em diversas especialidades** em razão da insuficiência de estrutura na rede pública municipal equipamentos, insumos, profissionais especializados e ambientes adequados para a realização dos procedimentos.

2.2. A inexistência ou desatualização de equipamentos de imagem compromete a acurácia diagnóstica e retarda o início de terapêuticas oportunas, com impactos diretos na qualidade de vida dos munícipes, sob os aspectos físico e emocional.

2.3. A obsolescência tecnológica do parque de equipamentos, somada à limitação orçamentária para renovações periódicas, mantém o atendimento afastado das inovações, visto que a Administração não dispõe de recursos para ciclos de atualização contínuos e onerosos.

2.4. Ademais, trata-se de bens sujeitos à rápida depreciação tecnológica e de reduzido valor de revenda, dado o mercado secundário restrito. Encerrado o ciclo útil ou descontinuadas as atualizações do fabricante, os aparelhos tendem a tornar-se inservíveis ou economicamente inviáveis para manutenção.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.5. Os custos de manutenção são elevados, com dependência de peças, consumíveis e assistência técnica proprietários, frequentemente indisponíveis em prazo hábil, ocasionando longos períodos de inoperância ou subutilização dos equipamentos.

2.6. Diante desse cenário, impõe-se a adoção de medidas capazes de suprir a carência existente na rede pública de saúde de Marechal Thaumaturgo, assegurando acesso universal e equânime a serviços de qualidade, com respostas diagnósticas tempestivas às necessidades dos usuários.

2.7. Registre-se que as ações e serviços de saúde possuem natureza coletiva e finalística, voltadas, entre outros objetivos, à promoção, prevenção e proteção da vida humana primados assegurados constitucionalmente.

2.8. Nessa linha, cumpre recordar o art. 196 da Constituição Federal: “[...] A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos [...]”.

2.9. A insuficiência de serviços e procedimentos para exames médicos especializados em diversas áreas repercute negativamente na qualidade assistencial e prolonga os tempos de espera. A ausência de profissionais dedicados exclusivamente a essa atividade reduz a capacidade operacional, retarda a confirmação diagnóstica e, por consequência, compromete o início oportuno do tratamento dos pacientes.

2.10. Os exames médicos especializados não são integralmente ofertados pela rede pública local. Esses procedimentos são essenciais para a detecção precoce, o diagnóstico preciso e o monitoramento de diversas condições clínicas. A dificuldade de acesso reduz a resolutividade da atenção primária e especializada, piora os indicadores de saúde e dificulta o cumprimento das metas pactuadas nos instrumentos interfederativos do SUS.

2.11. Para superar esse déficit, impõe-se, com urgência, a contratação de profissionais habilitados ou de empresa especializada para a realização de exames em diferentes especialidades, a fim de suprir a demanda reprimida, reduzir tempos de espera e assegurar acesso oportuno ao diagnóstico.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, § 1º, II DA LEI 14.133/2021).

3.1. A Administração Municipal de Marechal Thaumaturgo ainda não dispõe do Plano anual de Contratações, razão pela qual tal dispositivo não será aplicado nas contratações do corrente ano.

3.2. Ressalta-se ainda que o disposto no Art. 12º, § 1º faculta a utilização deste instrumento a esfera do poder público municipal, sendo obrigatório somente aos entes no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III DA LEI 14.133/2021).

4.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Fundo Municipal de Saúde de Marechal Thaumaturgo responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. Poderão participar do certame pessoas jurídicas, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, tais como sociedades empresárias privadas, associações comerciais ou industriais, cooperativas e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, desde que possuam objeto social compatível e comprovem, por documentação idônea, experiência e especialização na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de exames médicos especializados em diversas





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

especialidades, atendendo integralmente às exigências de habilitação e às demais condições deste edital.

4.5. Não poderão participar deste Pregão:

4.5.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.5.4. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.5.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4.5.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4.5.7. Estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado, desde que fique demonstrada sua capacidade econômica para executar o serviço (Acórdão 1201/2020-TCU-Plenário).

4.6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.6.1. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

4.6.2. Habilitação Jurídica

- a. Contrato social ou instrumento equivalente.

4.6.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.
- h) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- i) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

4.6.4. Qualificação Econômico-Financeira

- d) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

- e) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

- b.1. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

f) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.5. Qualificação Técnica

4.6.6. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Comprovação de compatibilidade em quantidades dos serviços de no mínimo 50% (cinquenta por cento), conforme art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

4.6.7. Outros documentos

4.6.7.1. Registro da pessoa jurídica nos Conselhos Regionais:

- e) Conselho Regional de Medicina – CRM. (compatível com o objeto desta licitação).
- f) Conselho Regional de Nutrição.

4.6.7.2. Certidão de Responsabilidade Técnica da pessoa jurídica em cada conselho citado no subitem de “4.5.7.1.” alinha “a” e “b”, acompanhado da quitação de anuidade.

32.3.1.1. Comprovação de que possui, no mínimo, o quantitativo dos profissionais a seguir (art. 67 da Lei 14.133/2021):

- o) 02 (dois) profissionais médicos em cardiologia;
- p) 01 (um) profissional médico em gastroenterologia ou em endoscopia;
- q) 02 (dois) profissionais médicos em ginecologia/obstetra.
- r) 01 (um) profissional médico em neurologia;
- s) 02 (dois) profissionais em nutrição;
- t) 02 (dois) profissionais médicos em coloproctologia; e,
- u) 01 (um) profissional médico em pneumologia.

4.6.7.3. A comprovação se dará por uma das condições pré-estabelecidas:

- i) carteira de trabalho assinada;
- j) registro no CNES (com identificação da especialidade compatível com a formação/especialização dos profissionais);
- k) contrato de prestação de serviço (compatível com a formação/especialização dos profissionais); ou,
- l) pertencer ao quadro societário da empresa.

4.6.7.4. Para cada profissional exigido, deverá ser apresentado prova de que possui:

- i) Inscrição no Conselho Regional de competência da sua profissão;
- j) Certidão de quitação/regularidade da anuidade;
- k) Comprovação de possuir especialidade através de Certificado de Pós-Graduação de Especialização, ou através de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) ou cursos compatíveis com os itens de licitação; e,
- l) Carteira de identidade profissional.

4.6.7.5. Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente. (compatível com o objeto desta licitação).

4.6.7.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), contendo o nome do Médico que realizará os exames (compatível com o objeto da contratação), conforme art. 4º da Portaria nº 1.646/2015.

4.6.7.7. Declaração, sob as penas da lei, de que a licitante dispõe equipamentos compatíveis com as especificações mínimas do Termo de Referência, suficientes para a perfeita execução dos serviços (art. 67, parágrafo III da Lei 14.133/2021).





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.6.7.7.1. Comprovada, em diligência, a inveracidade das informações, a licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções cabíveis por declaração falsa, assegurados contraditório e ampla defesa (art. 155, VIII da Lei 14.133/2021).

4.6.7.8. Declaração de que prestará os serviços sob sua inteira responsabilidade de forma tal que não venham gerar vínculo empregatício entre o Contratante e a empresa contratada.

4.6.7.9. Apresentar o PGR, PGRSS, LTCAT, Insalubridade e Periculosidade e o PCMSO da empresa, que define e implementa medidas de segurança e saúde do trabalhador.

4.6.7.10. Cadastro no NOTIVISA, conforme RDC Anvisa nº 36/2013.

4.6.7.11. A ausência de qualquer documento ou a apresentação deles fora do prazo de validade, é de caráter desclassificatório e inabilitatório.

4.7. Deverá exigir como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente os seguintes documentos:

4.7.1. Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da contratação.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, IV DA LEI 14.133/2021).

5.1. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO:

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata da necessidade de apresentar, no Estudo Técnico Preliminar, a memória de cálculo que fundamenta a definição das quantidades, cumpre esclarecer que, no presente caso, **não foi possível a elaboração de memória de cálculo detalhada dos quantitativos estimados.**

Tal situação decorre da natureza do objeto, qual seja, a contratação de serviços médicos terceirizados para consultas ambulatoriais em diversas especialidades, a serem contratados por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP).**

O SRP tem como característica essencial a **variabilidade e imprevisibilidade da demanda**, uma vez que a quantidade de consultas médicas necessárias depende diretamente:

- da demanda espontânea da população usuária do SUS;
- de encaminhamentos médicos provenientes da rede básica de saúde;
- de fatores epidemiológicos e sazonais que impactam a procura por determinadas especialidades.

Assim, os quantitativos apresentados no ETP possuem caráter **meramente estimativo**, baseando-se em levantamentos de atendimentos anteriores, registros de demandas reprimidas e projeções de crescimento populacional. Contudo, **não é possível consolidar uma memória de cálculo exata**, sob pena de comprometer a efetividade e a flexibilidade da futura contratação.

Dessa forma, a ausência de memória de cálculo minuciosa encontra respaldo na própria sistemática do Registro de Preços, que não obriga a Administração ao consumo integral dos quantitativos registrados, permitindo ajustes conforme a real necessidade do Município.

Portanto, a presente justificativa visa atender às exigências legais, ao mesmo tempo em que assegura a viabilidade e a regularidade do processo licitatório em curso.

Mediante justificativa acima, realizou-se o presente levantamento meramente especulativo:





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT PARA REGISTRO
1	Ecocardiograma - Avaliar todas as estruturas do coração e seu funcionamento: forma, tamanho e espessura do órgão, entrada e saída do sangue através das valvas, existência de massas e tumores, sopros, cicatrizes de infarto, doenças congênitas, alterações de contração entre outros.	SERVIÇO	500
2	Eletrocardiograma de longa duração - Holter de 24 horas utilizado para avaliar a presença de arritmias cardíacas (distúrbios do ritmo cardíaco) tanto para mais (taquiarritmias) como para menos (bradiarritmias), bem com irregularidades no ritmo (extrassístoles). Além disso pode colaborar na investigação de isquemia miocárdica - falta de oxigênio no músculo cardíaco (angina).	SERVIÇO	200
3	Endoscopia digestiva alta - Exame de endoscopia permite avaliar as paredes da parte superior do aparelho digestivo (incluindo o esôfago, o estômago e o duodeno). Sendo realizado por um endoscópio com monitoramento das imagens em vídeo. O exame deverá ser realizado no hospital da contratante, com material, medicamentos e equipamentos fornecidos pela contratada.	SERVIÇO	500
4	Exame de bioimpedancia - trata-se de uma análise para avaliar a composição corporal, com base na quantidade aproximada de músculos, ossos e gorduras do corpo. Seus resultados ajudam também no diagnóstico de fatores de risco nutricional, a fim de possibilitar a prevenção de doenças.	SERVIÇO	500
5	Exame de colonoscopia . Visualiza o intestino grosso até chegar ao delgado. É recomendado em caso de sintomas como sangramento nas fezes, diarreia, intestino preso e dor abdominal. Para a população sem sintomas, o ideal é fazer o exame a partir dos 45 anos e repeti-lo a cada 10 anos.	SERVIÇO	200
6	Exame de colposcopia – Avaliação e identificação de indícios visíveis de tecido anormal no colo uterino, vagina, vulva e de superfícies, sendo indicado para a prevenção do câncer ginecológico. A ser realizado em consultório com material, medicamentos e equipamentos, por empresa cujo profissional médico preencha os requisitos listados no edital deste processo licitatório, qual deverá possuir um aparelho que funcione como um microscópio binocular iluminado. Descrição técnica necessária: Aparelho deve ser de alta resolução. Com entrada para receber Microcâmera para vídeo colposcopia.	SERVIÇO	500
7	Exame eletroencefalograma (EEG) - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERVIÇO	300
8	Exame eletroencefalograma (EEG) com sedação - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-	SERVIÇO	200





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.		
9	Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (M.A.P.A.) mede a pressão arterial a cada 20 minutos, durante 24 horas, para a obtenção do registro da pressão arterial durante a vigília e o sono. Tem como objetivo analisar o comportamento da pressão arterial não somente durante a vigília e o sono, como também durante eventuais sintomas como tontura, dor no peito e desmaio. Além disso, possibilita a avaliação da eficácia do tratamento anti-hipertensivo.	SERVIÇO	200
10	Teste ergométrico - serve para a avaliação ampla do funcionamento cardiovascular, quando submetido a esforço físico gradualmente crescente, em esteira rolante. Observar os sintomas, os comportamentos da frequência cardíaca, da pressão arterial e do eletrocardiograma antes, durante e após o esforço.	SERVIÇO	500
11	Exame de Espirometria - Também chamada de exame do sopro, prova da função pulmonar ou prova respiratória, trata-se de um exame do pulmão capaz de verificar os diversos volumes e fluxos pulmonares. Não invasivo e indolor. Realiza -se a espirometria por meio de diversas manobras respiratórias pela boca através de um tubo conectado a um aparelho denominado espirômetro, o qual registra o volume e a velocidade do ar respirado.	SERVIÇO	300

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021).

6.1. Alternativas identificadas:

- contratação de profissionais especializados, com aquisição de equipamentos e insumos, além da implantação de toda a infraestrutura física e logística necessária à realização dos exames.
- contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames por equipe multiprofissional, com fornecimento de equipamentos, insumos e infraestrutura necessários para a execução conforme demanda.
- construção de centro de diagnóstico integrado, centralização dos serviços em unidade municipal, integrando diversas especialidades.

6.2. Análise técnico-econômica

- Estrutura própria:** requer elevado investimento inicial em instalações e equipamentos, além de custos fixos permanentes com pessoal, manutenção, calibração e reposição de insumos. Implica riscos de ociosidade, maior complexidade gerencial e curva de aprendizado operacional.
- Empresa especializada (sob demanda):** correlaciona custos ao volume efetivamente solicitado, transfere riscos operacionais ao contratado, reduz imobilização de capital e permite início mais célere, atualização tecnológica contínua e pactuação de níveis de serviço (prazos de laudos, taxa de retrabalho, disponibilidade de agenda).
- Centro próprio:** demanda obra civil, licenças e aquisição de equipamentos de alta complexidade, com prazo de implantação superior, necessidade de quadro permanente qualificado e maior imobilização de recursos, além de risco de obsolescência tecnológica.

6.3. Diante do exposto, a alternativa (b) mostra-se a mais vantajosa técnica e economicamente. A contratação de **empresa especializada, com execução conforme demanda em suas próprias instalações**, elimina a necessidade de investimentos municipais em infraestrutura e parque tecnológico,





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

reduz custos fixos com pessoal e manutenção, amplia a previsibilidade orçamentária e assegura a continuidade do serviço com flexibilidade de capacidade, em aderência aos princípios da eficiência e economicidade. As alternativas (a) e (c) apresentam maior custo total e prazo de implementação, além de riscos de ociosidade e obsolescência, não se mostrando as mais adequadas à realidade do Município.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).

- 7.1. O custo estimado da contratação é **de R\$ 1.408.914,00 (Hum milhão, quatrocentos e oito mil, novecentos e quatorze reais)** e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QNT	MÉTODO ADOTADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Ecocardiograma- Avaliar todas as estruturas do coração e seu funcionamento: forma, tamanho e espessura do órgão, entrada e saída do sangue através das valvas, existência de massas e tumores, sopros, cicatrizes de infarto, doenças congênitas, alterações de contração entre outros.	SERV.	500	MÉDIA	R\$ 303,82	R\$ 151.910,00
2	Eletrocardiograma de longa duração - Holter de 24 horas utilizado para avaliar a presença de arritmias cardíacas (distúrbios do ritmo cardíaco) tanto para mais (taquiarritmias) como para menos (bradiarritmias), bem com irregularidades no ritmo (extrassístoles). Além disso pode colaborar na investigação de isquemia miocárdica - falta de oxigênio no músculo cardíaco (angina).	SERV.	200	MÉDIA	R\$ 275,55	R\$ 55.110,00
3	Endoscopia digestiva alta - Exame de endoscopia permite avaliar as paredes da parte superior do aparelho digestivo (incluindo o esôfago, o estômago e o duodeno). Sendo realizado por um endoscópio com monitoramento das imagens em vídeo. O exame deverá ser realizado no hospital da contratante, com material, medicamentos e equipamentos fornecidos pela contratada.	SERV.	500	MÉDIA	R\$ 333,73	R\$ 166.865,00
4	Exame de bioimpedancia - trata-se de uma análise para avaliar a composição corporal, com base na quantidade aproximada de músculos, ossos e gorduras do corpo. Seus resultados ajudam também no diagnóstico de fatores	SERV.	500	MÉDIA	R\$ 176,50	R\$ 88.250,00





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	de risco nutricional, a fim de possibilitar a prevenção de doenças.					
5	Exame de colonoscopia. Visualiza o intestino grosso até chegar ao delgado. É recomendado em caso de sintomas como sangramento nas fezes, diarreia, intestino preso e dor abdominal. Para a população sem sintomas, o ideal é fazer o exame a partir dos 45 anos e repeti-lo a cada 10 anos.	SERV.	200	MEDIANA	R\$ 977,50	R\$ 195.500,00
6	Exame de colposcopia – Avaliação e identificação de indícios visíveis de tecido anormal no colo uterino, vagina, vulva e de superfícies, sendo indicado para a prevenção do câncer ginecológico. A ser realizado em consultório com material, medicamentos e equipamentos, por empresa cujo profissional médico preencha os requisitos listados no edital deste processo licitatório, qual deverá possuir um aparelho que funcione como um microscópio binocular iluminado. Descrição técnica necessária: Aparelho deve ser de alta resolução. Com entrada para receber Microcâmera para vídeo colposcopia.	SERV.	500	MÉDIA	R\$ 316,58	R\$ 158.290,00
7	Exame eletroencefalograma (EEG) - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.	SERV.	300	MÉDIA	R\$ 284,61	R\$ 85.383,00
8	Exame eletroencefalograma (EEG) com sedação - O EEG é um exame que analisa a atividade elétrica cerebral espontânea, captada através da utilização de eletrodos colocados sobre o couro cabeludo. Como a atividade elétrica espontânea está presente desde o nascimento, o EEG pode ser útil em todas as idades, desde recém-nascidos até pacientes idosos. Realizado através da colocação de eletrodos no couro cabeludo, com auxílio de uma pasta condutora que, além de fixá-los, permite a	SERV.	200	MEDIANA	R\$ 1.340,00	R\$ 268.000,00





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	aquisição adequada dos sinais elétricos que constituem a atividade elétrica cerebral.				
9	Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (M.A.P.A.) mede a pressão arterial a cada 20 minutos, durante 24 horas, para a obtenção do registro da pressão arterial durante a vigília e o sono. Tem como objetivo analisar o comportamento da pressão arterial não somente durante a vigília e o sono, como também durante eventuais sintomas como tontura, dor no peito e desmaio. Além disso, possibilita a avaliação da eficácia do tratamento anti-hipertensivo.	SERV.	200	MÉDIA	R\$ 253,33 R\$ 50.666,00
10	Teste ergométrico - serve para a avaliação ampla do funcionamento cardiovascular, quando submetido a esforço físico gradualmente crescente, em esteira rolante. Observar os sintomas, os comportamentos da frequência cardíaca, da pressão arterial e do eletrocardiograma antes, durante e após o esforço.	SERV.	500	MÉDIA	R\$ 275,88 R\$ 137.940,00
11	Exame de Espirometria - Também chamada de exame do sopro, prova da função pulmonar ou prova respiratória, trata-se de um exame do pulmão capaz de verificar os diversos volumes e fluxos pulmonares. Não invasivo e indolor. Realiza -se a espirometria por meio de diversas manobras respiratórias pela boca através de um tubo conectado a um aparelho denominado espirômetro, o qual registra o volume e a velocidade do ar respirado.	SERV.	300	MEDIANA	R\$ 170,00 R\$ 51.000,00
					R\$ 1.408.914,00

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021).

8.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de exames médicos em diversas especialidades, por equipe multiprofissional, com fornecimento, pela contratada, de toda a infraestrutura necessária equipamentos, insumos, sistemas e apoio operacional. Esse arranjo elimina a necessidade de investimento municipal em estrutura física, logística e parque tecnológico próprios, além de evitar custos fixos com mão de obra contínua.

8.2. A execução ocorrerá preferencialmente nas instalações da contratada, admitindo-se, quando programado pela SEMSA, apoio a ações itinerantes, ocasião em que a contratada proverá o deslocamento de seus profissionais e os meios necessários. Os atendimentos serão realizados conforme ordem de serviço e programação definida pela SEMSA, observando janelas de agenda e prioridades assistenciais, com foco na celeridade e na continuidade do atendimento.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.3. . Espera-se, como resultados, o atendimento conforme a demanda real, com alocação ágil de capacidade; a redução do tempo de espera para realização de exames e a entrega tempestiva de laudos, otimizando diagnóstico e tratamento; e a manutenção da regularidade e da qualidade assistencial, com indicadores de desempenho pactuados (tais como prazos máximos, taxa de retrabalho e índice de conformidade a protocolos) e monitoramento contínuo pela SEMSA.

8.4. Trata-se de serviço continuado e essencial, destinado a atender necessidades permanentes da população. Sua execução deve ser ininterrupta durante a vigência contratual, admitindo-se prorrogação, quando cabível, para assegurar a integralidade dos tratamentos. A interrupção injustificada compromete a qualidade de vida dos pacientes e afronta os princípios da eficiência, da continuidade e da economicidade.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).

9.1. Com vistas a aprimorar a gestão da **prestação de serviços de exames especializados**, opta-se por **contratações parciais e sucessivas, via Sistema de Registro de Preços (SRP)**, dado que a demanda é eventual, futura e variável ao longo do exercício. O SRP permite registrar quantitativos estimados e **convocar a execução conforme a necessidade**, por meio de ordens de serviço, assegurando economicidade, padronização e continuidade assistencial. A opção encontra amparo na **Lei nº 14.133/2021** (arts. 6º, incisos XLV e XLVI; 40, inciso II; 78, inciso IV; e 82).

32.4. Loteamento e critério de julgamento (menor preço por lote). O agrupamento por LOTE é adequado ao caso concreto, preservando a competitividade e a isonomia, pelos fundamentos:

- f) Afinidade técnica e operacional.** Os itens de cada lote guardam **mesma natureza e correlação**, evitando fragmentação ineficiente e racionalizando mobilização, preparo do paciente e fluxos de agenda.
- g) Vantajosidade e economia de escala.** O agrupamento dilui custos fixos (equipe, sala, equipamentos, esterilização/sedação quando aplicável), favorecendo **preços mais competitivos** e a **disputa útil** entre fornecedores que operam linhas de exames correlatas.
- h) Competitividade preservada.** A Súmula TCU nº 247 determina que, sendo o objeto divisível, **admite-se a adjudicação por item** para ampliar a participação; contudo, a própria jurisprudência do Tribunal esclarece que a súmula **não veda** a adjudicação **por lotes**, desde que haja correlação entre os itens e vantajosidade demonstrada — exatamente a hipótese ora adotada.
- i) Gestão contratual enxuta e eficiência administrativa.** Ao concentrar a execução **em uma empresa por lote**, reduz-se o número de instrumentos, simplificam-se medições, gestão de metas mensuráveis e fiscalização. O TCU/Plenário (Acórdão 861/2013) registrou que “**lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação**”, reforçando que tal eficiência é de estatuta constitucional.
- j) Economia de recursos financeiros,** pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).

10.1. Finalidade e impacto assistencial. Pretende-se ampliar o acesso da população de **Marechal Thaumaturgo** a exames especializados, favorecendo o **diagnóstico precoce e preventivo** e reduzindo a evolução de casos para estágios graves, o que diminui internações e procedimentos de alta complexidade, com reflexos positivos na **economicidade do SUS**.

10.2. Economicidade e gestão orçamentária. A execução **sob demanda** converte custos fixos em **custos variáveis por exame efetivamente realizado**, evita imobilização de capital em infraestrutura e reduz despesas de manutenção/obsolescência, assegurando **previsibilidade orçamentária** e melhor alocação dos recursos financeiros municipais.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.3. Melhor aproveitamento dos recursos humanos. A contratação libera as equipes da **SEMSA/Marechal Thaumaturgo** para as atividades nucleares da Atenção Primária, reduz sobrecarga e turnos ociosos e transfere atos de alta especialização para profissionais qualificados da contratada, com **laudos tecnicamente respaldados** e padronizados.

10.4. Celeridade e fluxo assistencial. Com **prazos de entrega de laudos** definidos em SLA e capacidade ajustada à demanda, espera-se redução do **tempo de espera** para realização e liberação de resultados, acelerando a tomada de decisão clínica e **otimizando o giro de pacientes** nas unidades municipais.

10.5. Qualidade do atendimento e materiais. A contratação mitiga **filas e demandas reprimidas**, padroniza protocolos, assegura o **fornecimento contínuo de insumos e equipamentos** pela contratada e estabelece **indicadores de desempenho** (por exemplo, prazo máximo de laudo, taxa de retrabalho e conformidade a protocolos), resultando em **melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros** e maior satisfação do usuário.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1. Deverá o setor de contratos antes da celebração do contrato ou ordem de serviço através da ATA de Registro de Preços, solicitar os documentos descritos no tópico 4.6 deste ETP.

11.2. No que se refere a fiscalização e gestão contratual, deve constar nos autos do processo a ciência do Gestor e Fiscal.

11.3. A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por servidor designado pelo órgão solicitante, observando – se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 14.133/2021 como Capítulo II, dos agentes do processo de contratação e da gestão e fiscalização de contratos do Decreto Municipal nº 384/2023.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1. Será necessário para este objeto a contratação correlata de transporte, em caso de pacientes de outras localidades fora do domicílio de Marechal Thaumaturgo, a Secretaria Municipal de Saúde ficar sob a responsabilidade de arcar com o traslado do paciente e acompanhante.

12.2. Para execução deste serviço será necessário também contratação correlata em contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de consultas médicas ambulatoriais em diversas especialidades.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).

13.1. No caso dos serviços realizados de forma itinerante, a contratada deverá executar o atendimento das Normas vigentes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), informando as formas de descarte dos materiais empregados nos atendimentos.

13.2. Ainda, quando houver a necessidade de atendimento na sede da contratada ou por outro local indicado por ela, a mesma deverá executar o atendimento das Normas vigentes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do ambiente da prestação dos serviços, informando as formas de descarte dos materiais empregados nos atendimentos.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.3. Assim sendo, a contratada deverá apresentar quando solicitado, o PGRSS em vigor do estabelecimento.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).

14.1. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a abertura de licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos terceirizados na realização de **exames médicos especializados em diversas especialidades.**





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/202x

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL
THAUMATURGO E A **EMPRESA**
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **CNPJ:**
XXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo:

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** através da Prefeitura do Município de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na rua _____, CEP: _____ – Marechal Thaumaturgo – AC, Fone/Fax: (68) _____, E-mail: _____, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. _____, brasileira, inscrito no CPF/MF. sob o nº _____, residente e domiciliado neste Município de Marechal Thaumaturgo do Estado do Acre, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, Telefones: _____, e-mail: _____, em [descrever município e estado], neste ato representada pelo senhor _____, brasileiro, [descrever estado civil], [descrever ocupação], portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado _____, n. _____, Bairro _____ - [descrever município e estado], doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta no **Processo Administrativo Nº _____**, **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº _____**, **Ata de Registro de Preço nº _____**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 211/2023, Lei nº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS TERCEIRIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARECHAL THAUMATURGO/AC, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, que integrou o Edital de Licitação modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP nº _____, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº _____.

2. DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1.** O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), seu preço é fixo e irrevogável.
- 2.2.** A CONTRATADA deverá executar os serviços, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	---------------------	-----	-----	----------------------	-------------------





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços requisitados deverão ser executados na cidade de Marechal Thaumaturgo, em local(is) previamente designado(s) pelo Fundo Municipal de Saúde, ou na sede da contratada. Podendo, inclusive, ser disponibilizado em outras cidades do estado Acre, hipótese em que o traslado ficará a cargo do Contratante.

3.2. No caso de pacientes de outras localidades fora do domicílio de Marechal Thaumaturgo, o Fundo Municipal de Saúde ficará sob a responsabilidade de arcar com o traslado do paciente e acompanhante, conforme assim dispuser em seus regulamentos de tratamento fora do domicílio.

3.3. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, na secretaria do órgão solicitante dirigido à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução dos serviços. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a contratante aplicará a multa de acordo com as normativas da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os exames agendados pela SEMSA deverão ser executados após a ordem de serviço no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

4.2. Os exames serão executados pela empresa vencedora de acordo com a demanda encaminhada pela contratante, podendo ser atendimento por itinerante ou na sede da contratada.

4.3. O Fundo Municipal de Saúde, deverá encaminhar ao endereço eletrônico ou outro meio de comunicação do fornecedor, em horário de expediente, detalhes do agendamento contendo: endereço completo, dia e hora, e se houver, indicação de preparo prévio para as consultas.

4.4. Os itens 4.1; 4.2 e 4.3, serão dispensadas quanto se tratar de atendimento itinerante, ações de saúde e em situações de urgência, hipóteses em que os serviços serão prestados de forma imediata, de acordo com a demanda de Marechal Thaumaturgo.

4.5. Caso haja impossibilidade do licitante vencedor em realizar os exames agendados, tal fato deverá ser comunicado através de e-mail e/ou ofício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da realização dos mesmos.

4.6. Após a conclusão dos exames, enviar comprovante de realização (Laudo) para o Fundo Municipal de Saúde num prazo máximo de cinco (5) dias, junto à nota fiscal de cobrança de serviços para formalizar o pagamento.

4.7. No atendimento na sede da contratada, serão executados os exames, desde que acompanhados de requisição médica devidamente assinada e carimbada pelo profissional credenciado pelas unidades de saúde.

4.8. No atendimento itinerante, não há a necessidade de apresentação de uma requisição médica, considerando que existirão vários profissionais especializados que poderão indicar a necessidade da realização dos exames.

4.9. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada, na secretaria do órgão solicitante dirigido à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução dos serviços. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a contratante aplicará a multa.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 4.10.** O prazo para o início da execução dos serviços deste termo de referência é de até **05 (cinco) dias** a contar do recebimento da Ordem de Serviço e/ou do Contrato.
- 4.11.** O Fundo Municipal de Saúde contratará, quando for o caso, a quantidade de procedimentos necessários para atender a demanda de acordo com a disponibilidade financeira e conforme necessidade do serviço.
- 4.12.** Todos os insumos para realização dos exames serão por conta da empresa vencedora, bem como computador, impressoras, tinta, papel fotográfico, luvas, papel A4, lençol descartável, EPIS, e tudo mais que se relacionar a prestação dos serviços.
- 4.13.** Os agendamentos podem ser realizados via e-mail (em endereço eletrônico informado pela contratada) ou fisicamente desde que protocolado.
- 4.14.** Quando houver mutirão, os atendimentos podem ser realizados em finais de semana.
- 4.15.** Os exames serão executados em forma de mutirões de saúde do tipo itinerante, mas poderão ser realizados na sede da contratada, de acordo com o encaminhamento realizado pelo Fundo Municipal de Saúde.
- 4.16.** O Fundo Municipal de Saúde, deverá encaminhar os pacientes que devem ser atendidos por um ou mais especialistas, acompanhado de cópia do cartão do SUS e do documento de identificação do paciente.

5. CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento será realizado no prazo 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada.
- 5.2.** O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado o não cumprimento total da obrigação contratual pelo fiscal do contrato.
- 5.3.** Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada.
- 5.4.** Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal.
- 5.5.** Será vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pelo contratado, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.
- 5.6.** Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.
- 5.7.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, serão reduzidos pela metade, conforme incisos I e II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período.
- 5.8.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.9.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.10.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.13. Antes de cada pagamento à contratada consultará ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.18.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.20. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.22. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscal Eletrônica – NF-e, sendo assim as Notas Fiscais aquelas que obedecerem ao processo.

5.23. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

5.24. A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal /Fatura, após a ocorrência.

5.25. A Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.26. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.27. Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

5.28. Eventual atraso nos pagamentos devidos deverá ser previamente comunicado ao contratado, indicando motivos e perspectivas para regularização e, quando possível, a data provável do pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, Programa de Trabalho: _____, Elemento de Despesa: 33.90.39.00, Fonte de Recursos: _____.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTRATO

7.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da lei 14.133/21, a saber: ____ / ____ / ____.

7.2. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação.

7.3. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 249, § 2º e art. 323 da Lei N.º 14.133/2021, e órgão responsável pela licitação, convocará as demais licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Deverá exigir como condição para assinatura do contrato ou documento equivalente os seguintes documentos:





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.4.1. Alvará de Funcionamento em plena validade compatível com o objeto da contratação.

7.5. Contratação de aprendizes

7.5.1. O contratado se compromete a observar a legislação vigente referente à contratação de aprendizes, conforme previsto na Lei nº 10.097/2000 e demais normativas aplicáveis.

7.5.2. O contratado deverá assegurar que, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de empregados na função de seu quadro de pessoal sejam aprendizes, conforme o número de vagas disponíveis.

7.5.3. O descumprimento desta cláusula poderá resultar em penalidades, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações pertinentes.

7.6. Contratação de pessoas com deficiência

7.6.1. O contratado deverá garantir a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) em seu quadro de funcionários, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

7.6.2. O percentual de contratação de PCDs deverá ser de, no mínimo, 2% (dois por cento) do total de empregados, conforme a legislação vigente.

O contratado deverá apresentar, semestralmente, relatório demonstrando o cumprimento desta cláusula, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deverá iniciar os serviços deste termo de referência, nas condições e prazo máximo de 05 dias, devendo comunicar ao órgão solicitante da Ordem de Serviço e/ou Contrato ou documento equivalente emitido em decorrência da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a existência de problemas para execução do objeto, quando for solicitado.

8.2. A Contratada deverá realizar os serviços deste termo de referência, no local indicado pelo solicitante, após assinatura da ata de registro de preços, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, mediante autorização prévia.

8.3. A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

8.4. A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto.

8.5. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os prestadores de serviços da **CONTRATADA**;

8.6. A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale – transporte, vale – refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

8.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.8. Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando – se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.9. Manter, durante a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. A **CONTRATADA**, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, manterá em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

8.11. A **CONTRATADA** se obriga a manter seus profissionais inscritos nos respectivos órgãos reguladores, preservando sua habilitação para prestação dos serviços objeto do presente contrato e comprovar anualmente o vínculo por meio de anuidade de seus prestadores de serviços junto aos órgãos reguladores.

8.12. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho. Responsabilizar – se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do serviço.

8.13. Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços que, a critério desta, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.14. Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NR).

8.15. Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.16. Permitir a **CONTRATANTE** a fiscalização, com pré agendamento junto à Contratada, para a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento do(s) serviço(s).

8.17. A **CONTRATADA** deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos transporte ou recursos humanos. A **CONTRATADA** deverá ter recursos sobressalentes para que o serviço não sofra descontinuidade. Salvo na ocorrência de caso fortuito ou por motivo de força maior, greve, etc, que impeça a **CONTRATADA** de executar os serviços.

8.18. É responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus equipamentos em perfeito funcionamento, devendo sempre realizar as manutenções preventivas e corretivas e ainda, a substituição destes quando necessário. E quando for necessário realizar as manutenções (preventivas e corretivas) as mesmas não devem interferir na prestação dos serviços.

8.19. Possuir inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento da Saúde (CNES), contendo o nome do Médico que realizará os serviços e/ou procedimento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;

9.2. Encaminhar as informações necessárias para a execução dos serviços com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

9.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

9.4. Observar e fazer cumprir todas as regras relativas ao sigilo médico, não se limitando, às regras constitucionais e previstas no Código de Ética Médica, respondendo integralmente por quaisquer





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

prejuízos ocasionados à Contratada e aos pacientes, pela inobservância dessa obrigação, inclusive após o encerramento da vigência do presente instrumento.

9.5. Cumprir com as obrigações legais previstas no instrumento convocatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação.

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1; 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4; 13.1.5; 13.1.6; 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. A sanção de advertência prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será aplicada diretamente pelo fiscal do contrato ou da ata de registro de preços, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis ao Secretário Municipal de Administração, contados a partir da notificação da sanção, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade (art. 186 do Decreto Municipal 129/2023).

13.16. A sanção de multa será aplicada mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, instaurado e conduzido pelo gestor do contrato, que notificará o contratado para a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) relatando as condutas ensejadoras da aplicação de multa, bem como advertindo o contratado de que deverá indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.

13.16.1. O processo administrativo para apuração de responsabilidade tramitará com disponibilidade de informação permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.

13.16.2. Terminado o prazo para apresentação da defesa prévia, tendo sido esta apresentada ou não, caberá ao gestor do contrato a elaboração de relatório final, no qual decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da multa.

13.16.3. O gestor do contrato notificará o contratado da decisão final, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de recurso.

13.17. Caso o contratado interponha recurso, o gestor do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, analisará as razões do recurso interposto, podendo reconsiderar a decisão de aplicação da multa, seja para reduzir o valor aplicado, seja para reaver no todo o valor da multa.

13.18. Caso o gestor do contrato não reconsidere a decisão, os autos serão enviados a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante para decisão final, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, com efeito suspensivo até a comunicação da decisão final.

13.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Marechal Thaumaturgo e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos.

13.19.1. O Secretário Municipal de Administração é competente para designar os agentes públicos para compor a comissão processante.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 13.19.2.** O pregoeiro, o agente de contratação, o presidente da comissão de contratação, o fiscal e o gestor do contrato ou ata de registro de preços não poderão compor a comissão processante do processo administrativo relacionado à licitação, registro de preços ou contrato em que estiverem atuando.
- 13.19.3.** O licitante ou contratado deverá ser notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.
- 13.19.4.** O processo administrativo para apuração de responsabilidade tramitará com disponibilidade de informação permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.
- 13.19.5.** Quando a apuração de responsabilidade recair também sobre profissional específico do contratado, decorrente de ato praticado com culpa grave, erro grosseiro ou dolo, o profissional deverá ser notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.
- 13.19.6.** O pedido de produção de provas deverá ser formalmente analisado e a comissão processante poderá rejeitá-lo, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.
- 13.20.** Caso seja aceito o pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao processado para alegações finais.
- 13.20.1.** Após as alegações finais, a comissão processante encaminhará parecer conclusivo à Procuradoria-Geral do Município, para emissão de Parecer.
- 13.20.2.** Após o parecer da Procuradoria-Geral do Município, a comissão processante poderá determinar o seu arquivamento ou recomendar à autoridade competente a aplicação da sanção cabível.
- 13.20.3.** Recebido o relatório da comissão processante, a autoridade competente terá prazo de 20 (vinte) dias úteis para decidir, computado nesse prazo eventuais esclarecimentos que vier a solicitar à comissão processante.
- 13.20.4.** A autoridade competente poderá devolver o processo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais, caso em que o prazo para decisão iniciará após o retorno do processo, devidamente saneado.
- 13.20.5.** A autoridade competente não poderá decidir em sentido diverso do relatório, cabendo-lhe aplicar a sanção recomendada, arquivar ou anular o processo administrativo.
- 13.20.6.** Quando a aplicação da sanção recair também sobre profissional específico do contratado, o ato que aplicar a sanção deverá fazer referência expressa à imputação da infração à responsabilidade do profissional.
- 13.20.7.** A interposição de recursos e pedidos de reconsideração respeitará o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, inclusive quanto aos prazos, e suspenderá os efeitos da decisão recorrida, inclusive para fins de registro da sanção aplicada, até que sobrevenha decisão final.
- 13.20.8.** A autoridade competente deverá julgar recursos e pedidos de reconsideração em até 20 (vinte) dias úteis.
- 13.21.** aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Marechal Thaumaturgo e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverão registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.22. O registro da sanção ocorrerá somente depois de proferida a decisão final da autoridade competente em relação a eventual recurso.

13.23. O processo administrativo para apuração de responsabilidade que não for concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias tramitará com prioridade, inclusive para julgamento de eventuais recursos administrativos, e deverá ser concluído em, no máximo, 4 (quatro) anos, sob pena de prescrição da pretensão punitiva.

13.24. O edital, o termo de contrato e a ata de registro de preços deverão disciplinar a aplicação de sanções relativas à licitação e ao contrato, com indicação das infrações e respectivas sanções, levando em consideração a natureza, os prazos de execução do objeto e o princípio da proporcionalidade, além dos critérios elencados no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.25. Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais de 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Secretário Municipal de Administração deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

13.26. Sobrevindo novas condenações no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o tempo fixado nas novas decisões condenatórias, com o prazo total limitado a:

13.26.1. 6 (seis) anos, no caso de impedimento de licitar e contratar; e

13.26.2. 12 (doze) anos, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.27. A regra prevista no caput deste artigo é válida para as sanções aplicadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública e somente para contratos oriundos de licitações distintas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

14.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

14.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

14.4. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

14.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

14.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

14.5.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14.5.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

14.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

14.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira.

14.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Deverá obedecer aos parâmetros do Decreto Municipal nº 211/2023 e Lei nº 14.133/2021 e as demais cláusulas descritas neste tópico.

15.2. Nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato ou documento equivalente, anotado em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo.

15.3.1. O prazo previsto no caput deste artigo será suspenso em caso de pedido de informações ao contratado pela Administração Municipal, sendo retomado quando obtida a informação.

15.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta ao seu pedido.

15.4. Antes do início da execução contratual, sempre que necessário, em razão da natureza e da complexidade do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com o objetivo de esclarecer pontos relevantes relacionados: I - ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais; II - à entrega do objeto; III - ao cronograma de execução; IV - à emissão da nota fiscal e pagamento; V - à aplicação de sanções; VI - às atividades de gestão e fiscalização e; VII - a outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.

15.4.1. A reunião, que poderá ser presencial, deverá ser registrada em ata e juntada aos autos do processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, indicando-se expressamente na ata os canais de comunicação que serão utilizados rotineiramente para a comunicação entre o representante da Administração e o preposto do contratado, privilegiando-se sempre a comunicação eletrônica.

15.5. O órgão ou entidade demandante será responsável pela designação formal do gestor dos contratos e dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplentes.

15.5.1. Na designação do gestor e do fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.6. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.

15.6.1. Todo contrato terá, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado, responsável pela fiscalização da execução do contrato, e outro agente público formalmente designado para a gestão do contrato, observada a segregação de funções.

15.6.2. Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.

15.6.3. Os agentes relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.

15.6.4. Os agentes públicos relacionados à gestão e à fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativo.

15.6.5. Havendo manifestação do agente público acerca de eventual ausência de condições para o desempenho da função de fiscal, caberá ao agente público, responsável pela indicação, decidir se manterá a designação, ou se solicitará ao órgão ou entidade demandante a indicação de outro agente público, sendo vedada a manutenção de agentes públicos que tenham relacionamento direto com o contratado, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.6.6. Os agentes públicos que atuarem na gestão e na fiscalização dos contratos contarão com o apoio e auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das suas atribuições.

15.7. Deverá ser aberto processo específico de gestão e fiscalização do contrato, apartado do respectivo processo de contratação, que será público e poderá ser acessado livremente por qualquer interessado.

15.8. São atribuições do gestor do contrato, dentre outras:

15.8.1. Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

15.8.2. Manifestar-se nos casos de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

15.8.3. Realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

15.8.4. Acompanhar a execução do objeto por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

15.8.5. Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

15.8.6. ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

15.8.7. Encaminhar pedido para instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

15.8.8. Tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;

15.8.9. Tomar providências para a inserção dos contratos no portal nacional de contratações públicas; e





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.8.10.** Outras atividades compatíveis com a função.
- 15.8.11.** Acompanhar a execução e a vigência da ata de registro de preços das atas de registro de preços;
- 15.8.12.** Autorizar ou rejeitar solicitações de novos fornecedores para o ingresso na ata de registro de preços;
- 15.8.13.** Remanejar o saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes;
- 15.8.14.** Cancelar o registro de fornecedor;
- 15.8.15.** Conduzir os procedimentos para atualização do preço registrado;
- 15.8.16.** Aplicar as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, garantida a ampla defesa e o contraditório; e
- 15.8.17.** Providenciar o registro, no portal nacional de contratações públicas, das sanções aplicadas.
- 15.9.** São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:
- 15.9.1.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;
- 15.9.2.** Apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
- 15.9.3.** Esclarecer ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
- 15.9.4.** Realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
- 15.9.5.** Avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
- 15.9.6.** Determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 15.9.7.** Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 15.9.8.** Determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou do subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
- 15.9.9.** Registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;
- 15.9.10.** Manter contato com o preposto do contratado, promovendo reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;
- 15.9.11.** Manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;
- 15.9.12.** Verificar qualidade, quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução;
- 15.9.13.** Requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 15.9.14.** Conferir as notas fiscais emitidas;
- 15.9.15.** Receber provisoriamente o objeto do contrato; e





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 15.9.16.** Comunicar as infrações não saneadas e solicitar a abertura procedimento administrativo de apuração de responsabilidade ao contratado.
- 15.10.** Para os objetos de maior complexidade, o agente público que reúna as condições para ser indicado como fiscal poderá ser indicado para acompanhar a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.
- 15.11.** Quando designado para acompanhar a etapa preparatória, o agente público indicado não poderá elaborar os documentos que integram essa fase, em respeito ao princípio da segregação de funções.
- 15.12.** Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para a avaliação do cumprimento das obrigações e a medição de resultados, conforme previsão contratual.
- 15.13.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 15.14.** Requerer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos contratuais, se necessário e devidamente justificado.
- 15.15.** Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer.
- 15.16.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos.
- 15.17.** Recusar objeto diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos.
- 15.18.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.19.** representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- 16.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.2.** Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 16.3.** À Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.
- 16.4.** Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o serviço ou fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 16.5.** A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.
- 16.6.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

16.8. O prazo para resposta e concessão de um pedido de Reequilíbrio Econômico, Repactuação ou Reajuste de Contratos será no máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

16.9. DA REVISÃO

16.9.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

16.9.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

16.9.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

16.9.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

16.9.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços/materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

16.9.6. eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

16.10. DO REAJUSTE

16.10.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, aplicando-se o índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração.

16.10.3. A Contratada antes da prorrogação ou extinção do reajuste, elaborar um requerimento pleiteando a "repactuação de preços", sob pena de "preclusão lógica" do direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único art. 94 inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Município de Marechal Thaumaturgo/Acre.

18.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.

18.3. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s)anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Marechal Thaumaturgo/Ac, xx de xxxxxxxx de 2025.

Sebastião Nogueira de Andrade
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Contratado

TESTEMUNHAS:

1- _____ - CPF: _____

2- _____ - CPF: _____





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

Endereço eletrônico:

Dados Bancários:

À Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo

Edital do Pregão Eletrônico SRP nº. /2025

Sr. (a) Pregoeiro (a),

Nossa proposta para cumprir o objeto desta licitação nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos é a seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNID.	MARCA	QUANT.	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
	VALOR TOTAL:					

TOTAL POR EXTENSO: _____

Declaramos que nos valores acima registrados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto ofertado, tais como fretes, impostos, taxas, contribuições e demais encargos relacionados no instrumento convocatório.

Proposta válida por 90 (noventa) dias.

Loca e data
(Assinatura do representante)

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CONTRAI OBRIGAÇÕES EM PROCESSO LICITATÓRIO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº ____ / ____

_____(nome do licitante)_____, CNPJ nº. _____ sediada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARA** expressamente, sob a penas da lei que contrai as obrigações abaixo especificadas, em face de sua condição de adjudicatário do certame licitatório supra referenciado:

1. Que na composição de seus preços já estão considerados todos os custos, tais como tributos, fretes, transportes terrestre e Fluvial até o município de Marechal Thaumaturgo, seguros e demais despesas que incidam direta ou indiretamente, nos preços para fornecimento do objeto deste Edital;
2. Que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos;
3. Que seus materiais a ser entregue são de primeira qualidade, novos, assim considerados de primeiro uso, e que serão entregues no local indicado no Termo de Referência em Anexo, devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das correspondentes notas fiscais;
4. Que garante a substituição de quaisquer itens ou acessórios e a reparação das montagens integrantes do objeto da presente licitação, advindas de um padrão de qualidade incompatível com as especificações presentes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** a este **EDITAL**, dos materiais ou dos serviços executados, bem como o fornecimento de itens e acessórios relativos ao citado objeto, durante o período mínimo de **GARANTIA** especificado no Termo de Referência, contados a partir da data de emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** do objeto do **CONTRATO**, e que o prazo máximo para a solução do problema deverá ser de 5 (cinco) dias corridos, a contar da referida comunicação;
5. Que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos necessários à execução do objeto deste Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de _____.
(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____
Cédula de Identidade nº. _____
CPF. _____

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel que identifique o licitante





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo
Assunto: Pregão Eletrônico xx/2025.

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, neste ato representada por (Identificação completa do representante do licitante), devidamente constituído, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

II. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

IV. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

V. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

VI. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO SOCIETÁRIO

À prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo
Assunto: Pregão Eletrônico nº xx/2025.

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante Legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2025





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X

O Fundo Municipal de Saúde de Marechal Thaumaturgo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede a Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Marechal Thaumaturgo/AC, CEP: 69.982-000, representado neste ato pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade nº xxxxxx SSP/AC e CPF nº xxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, especificados nos itens de 1 a XX do Termo de Referência, Anexo I do edital de Licitação nº xx/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:			
CNPJ/MF:			
Endereço:			
Tel.:			
Representante:			
Email.:			
Item	Especificação	xxx	xxxx

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
--

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação em sítio eletrônico oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Site oficial, e quando for o caso, no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.6 e no item 7.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.





ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos interessados.

Marechal Thaumaturgo/AC, xxx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)

